

Análise matricial da mobilidade ocupacional: o caso dos imigrantes chilenos no Paraná

*Rene Castro Berardi**

1 - Considerações teóricas

Estudos referentes à mobilidade sócio ocupacional e migração têm ocupado um espaço importante na Sociologia em âmbito mundial, sendo que no Brasil tal relevância vem ocorrendo nestas últimas décadas.

Com relação à mobilidade, os primeiros estudos procuravam desenvolver metodologias e medições teóricas que buscavam respostas para a seguinte questão teórica: Mobilidade entre o que?

Os estudos de mobilidade no mundo foram desenvolvidos em grandes eixos históricos. O primeiro compreende o período entre 1950 e 1960 que utilizava como método as comparações da mobilidade ao nível internacional, através das contribuições de Zetterberg (1956), Lipset e Bendix (1959), Blau e Duncan (1967), entre outros.

O segundo eixo teve início nos anos 70, no qual se destacavam novas proposições metodológicas que visavam aperfeiçoar as comparações internacionais realizadas dos períodos anteriores, destacando-se os trabalhos de Featherman e Hauser (1976), Goodman (1979) e Hauser (1979).

O terceiro eixo começou nos anos 80 e está marcado pelo desenvolvimento de metodologias na análise de dados e na formação de matrizes teóricas de mobilidade com destaque para Goldrhorpe (1980) e Wright (1997).

O avanço observado nestes três eixos resulta na metodologia que utiliza a formatação de matrizes de mobilidade para avaliar a transição entre diversas categorias sócio-ocupacionais.

No entanto, o primeiro autor reconhecido por estudar o tema de mobilidade foi Sorokim (1959), o qual elaborou um Modelo de Mobilidade Social. Neste modelo, o autor define a mobilidade como sendo a transição de um indivíduo/grupo de uma posição social para outra, podendo esta mobilidade acontecer tanto na forma horizontal (sem mudança na posição social) ou vertical (com mudanças ascendentes/descendentes de uma posição/estrato social para outra).

**Doutor em Sociologia (Universidade Federal do Paraná). Economista (Universidad de Chile). Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.*

Segundo a opinião de Bourdon (1981, p.25), para Sorokin, as causas que podem gerar uma mobilidade vertical estão relacionadas com fatores educacionais e familiares (tradição, hábitos e comportamentos). Neste sentido, o autor considera que existem alguns filtros que podem permitir que o processo de seleção dos indivíduos seja realizado em melhores condições dependendo do tipo de sociedade, como seria o caso das sociedades consideradas mais abertas, as quais permitem uma maior passagem entre estratos sociais em relação às sociedades mais fechadas, que apresentam maiores barreiras, as quais dificultam a mobilidade social para estratos superiores.

Desta forma, Sorokin (1959) entendia a mobilidade como “o resultado complexo de um processo de filtragem dos indivíduos por uma sequência de instâncias de orientação ou selection agencies”. Ou seja, a mobilidade é resultado de um jogo existente entre as estruturas sociais e as instâncias de orientação.

As instâncias de orientação variam de acordo com a sociedade, sendo assim, nas sociedades tradicionais a instância de orientação é a família, com o papel fundamental na mobilidade social, enquanto nas sociedades industriais modernas a escola é a que oferece as competências necessárias para a mobilidade”. (BOURDON, 1981, p.25).

Consequentemente, para Sorokin a mobilidade social é um “processo”, pois as desigualdades nas oportunidades são resultado da filtragem realizado pelas instancias de orientação.

Em suma, Sorokin oferece uma perspectiva teórica da mobilidade social na qual demonstra que este é um “processo” gerador de desigualdades nas oportunidades que formam as sociedades, as quais são resultado da filtragem realizada pelas chamadas instâncias de orientação, que podem ser a família e o sistema educacional.

A partir dos trabalhos realizados por Sorokin (1959), a continuidade dos mesmos se deu após a segunda Guerra Mundial por estudos de medições da mobilidade nos Estados Unidos da América - EUA (1953), Reino Unido (1954), Noruega (1965) e Dinamarca (1965), os quais buscavam analisar a mobilidade social entre diversas gerações.

Os estudos realizados nestes países mostraram que as sociedades industrializadas apresentaram altas taxas de mobilidade causadas pela maior igualdade na aquisição progressiva da educação e melhores padrões de vida, gerando uma menor desigualdade de oportunidades ocupacionais e uma concorrência mais equilibrada entre os indivíduos. Estes estudos também mostravam a existência de uma relação direta entre industrialização e mobilidade, assim como a relevância dos fatores psicológicos e subjetivos do indivíduo no processo de mobilidade (PICANÇO, 2006).

Ademais, os estudos realizados originaram a Teoria Fatorial, que foi aproveitada por Zetterberg (1956) e Lipset e Bendix (1959), para demonstrar

que a mobilidade pode ser explicada por um conjunto de fatores tais como, desenvolvimento econômico, taxa de escolarização, estratificação social e etc., os quais podem influenciar positiva ou negativamente na mobilidade social.

Por outro lado, Lipset e Bendix (1959), aplicaram este modelo e observaram que existiam taxas similares de mobilidade entre países industrializados, destacando que nos estágios iniciais da industrialização destes países, foram geradas altas taxas de mobilidade. Da mesma forma, estes estudos mostraram que o contexto social explicava os diversos níveis de desejos individuais (psicológico e subjetivo) de ascensão social nos indivíduos.

Nessa perspectiva teórica, estes autores concluem que as taxas de mobilidade podiam ser explicadas por fatores estruturais - como a taxa de fecundidade e o nível de abertura das oportunidades ocupacionais - e fatores originados nas motivações pessoais, gerados pela maior ampliação das oportunidades ocupacionais.

Na década de 70 outros autores como Featherman e Hauser (1976) apresentaram uma nova proposta teórica que mostrava que a variação das taxas de mobilidade podia ser explicada pelos padrões das probabilidades/chances relativas da mobilidade que estão subjacentes nas taxas absolutas de mobilidade. Desta forma, era possível quantificar o nível de abertura/fechamento das estruturas de classe nas sociedades estudadas.

Segundo estes autores, a mobilidade medida pelas taxas relativas (probabilidade/chance dos indivíduos provirem das categorias de origem distintas para uma mesma categoria de destino), poderia ser constante no tempo.

Nesta mesma direção, Blau e Duncan (1967) mostram, através do estudo da estrutura ocupacional americana, que a mobilidade social observada nos EUA apresenta três fatores estruturais explicativos: o progresso tecnológico/econômico, mobilidade geográfica e a fecundidade. Os indivíduos que apresentam estes fatores estruturais podem obter melhores posições na estrutura sócio ocupacional, resultante de uma positiva mobilidade social. Estes autores aplicaram a metodologia de Path Analysis ou Análise de Trajetórias, que lhes permitiu a formação de um modelo causal no qual se quantificam os impactos das variáveis sociais (educação, ocupação anterior dos pais) sobre a posição ocupacional dos indivíduos, segundo a qual podiam adquirir melhores posições na escala de status social.

O estudo mostra que o *status* da primeira ocupação é explicado pela educação do indivíduo e também pela ocupação e escolaridade do seu pai. Enquanto que o *status* da ocupação atual está ligado à educação do indivíduo, à primeira ocupação e às variáveis de origem (sexo, idade e etc.).

Nos anos 70 e 80 surgiu uma nova perspectiva, chamada de Classe-estrutural, que foi representada por Goodman (1979), Hauser (1979), Goldrhorpe (1980) e Wright (1997), que buscava retomar as questões teóricas abordadas pelos estudos desenvolvidos nos anos 50 e 60. Segundo Picanço (2006), Pastore e Valle Silva (2000), o objetivo desta perspectiva era entregar uma base conceitual

da estrutura de classe social procurando identificar as barreiras da mobilidade ocupacional e as fronteiras da classe social existentes na sociedade.

Segundo esta tendência, as estruturas de classe estão formadas pela agrupação numa mesma classe de ocupações, com base nas posições ocupadas pelos indivíduos dentro do mercado de trabalho. Desta forma, a posição de ocupação (empresários, empregados e autônomos), o segmento econômico a que pertence (agricultura, indústria, serviços e etc.) e o nível de qualificação profissional são os critérios que permitem a classificação das ocupações dentro dos estratos/classes sociais.

Desta forma, a mobilidade é quantificada a partir das mudanças nas relações dos indivíduos no mercado, no trabalho e nas empresas. Do ponto de vista metodológico, esta perspectiva teórica é aplicada na análise das taxas relativas de mobilidade, anteriormente aplicadas por Featherman e Hauser (1976), dando origem aos modelos de quase-independência¹ e log-lineal².

No Brasil, os estudos sobre mobilidade sócio ocupacional se desenvolveram com base em dois eixos. O primeiro estudava a mobilidade social buscando identificar pós-fluxos entre classes sociais concentrando-se na estrutura dessas classes. Na perspectiva da mobilidade social era necessária uma definição prévia sobre o conceito de classe social e sua estrutura. O segundo visava o estudo da mobilidade ocupacional, que avaliava os fluxos entre as categorias/estratos ocupacionais focando-se na estrutura ocupacional da sociedade, da qual era importante conhecer a estrutura do emprego, do mercado de trabalho e a escala dos estratos das ocupações.

Desta forma, cada uma destas perspectivas teóricas trabalhava o problema sociológico da mobilidade social e ocupacional com metodologias diferenciadas em relação às unidades de análise, modelos, matrizes e conseqüentemente geram resultados diferentes.

No Brasil, os estudos de mobilidade social-ocupacional foram iniciados com Pastore (1979) e Valle Silva (1981) e continuados com Hosenbalg & Valle Silva (1988), Pastore & Haller (1993), Andrade (2000), Pastore e Vale Silva (2000), Jannuzzi (2000,2002), Picanço (2006, 2007), entre outros.

Segundo Pastore (1979), os primeiros trabalhos sobre mobilidade social mostravam que no século XX, no Brasil, a mobilidade social era ascendente, o que permitia um crescimento nas ocupações em áreas urbanas, não manuais e com maior qualificação. As ocupações se concentravam na base da pirâmide social, o que era causado, principalmente, pela herança da classe social de origem e pela menor distância sócio ocupacional percorrida (PASTORE, 1979; JANUZZI, 2000).

Pastore demonstrou que esta mobilidade ascendente posicionou-se nos primeiros degraus da pirâmide social, como foi o caso dos filhos dos trabalhadores rurais com baixa/media qualificação, que apresentaram uma mobilidade em direção as ocupações nas áreas urbanas (Pastore, 1979, Pastore e Valle Silva, 2000).

Para Pastore (1979), a sociedade brasileira mostrava um perfil dinâmico na mobilidade, como explica:

O quadro geral da mobilidade no Brasil revela uma sociedade bastante dinâmica ao longo do século XX. Nesse período, o país passou por inúmeras transformações que tiveram marcantes repercussões na estrutura social. Dentre elas, a passagem de uma sociedade rural para urbana constituiu um dos fenômenos de maior impacto para a transformação da estrutura social brasileira e para o surgimento de uma classe média bastante razoável, [...]. A despeito da forte expansão dos empregos do baixo terciário nas zonas urbanas, as ocupações de classe média para os chefes de família aumentaram substancialmente ao longo de todo o século XX. Tais ocupações simplesmente inexistiam no tempo de nossos pais e nossos avós. No período considerado, o Brasil iniciou consolidou seu processo de industrialização e com ele emergiu um grande número de ocupações industriais. Mais importante que isso foi a enorme expansão das ocupações periféricas à própria industrialização no setor de serviços e, ainda, intensa ampliação das atividades do comércio ligadas não só a industrialização como a própria aglomeração urbana (PASTORE, 1979, p.178)

Esta opinião reforça a tese de que a maioria da população economicamente ativa (PEA) brasileira, no século XX, teria apresentado uma mobilidade ascendente em relação às gerações passadas e também com relação à primeira ocupação obtida no mercado de trabalho.

Finalmente, conclui-se que a mobilidade ascendente não gerou uma sociedade industrial desigual, visto que “muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito” (PASTORE, 1979).

Na opinião de Jannuzzi (2000), a relação contraditória entre mobilidade ascendente e maior desigualdade social resultou do fato de que os trabalhadores rurais emigrantes obtiveram uma inserção no mercado de trabalho urbano mas, no entanto, não conseguiram uma justa inserção ocupacional reforçando, desta maneira, a distribuição desigual na renda que apresentava o Brasil nos anos 40.

Nas opiniões de Pastore & Valle Silva (2000), as causas desta situação desigual estão no processo de industrialização de pós-guerra, na urbanização das cidades e no aumento da oferta educacional acontecido a partir dos anos 40.

Na perspectiva de Jannuzzi (2000), o processo de industrialização e de urbanização gerou uma mudança na estrutura ocupacional, pois o setor agrícola perdeu relativa importância na economia, visto que chegou a ter uma representação de 66% em 1940 que caiu para 44% em 1970. Conseqüentemente,

o setor industrial gerou uma maior demanda de empregos, principalmente na área da construção civil, do comércio, prestação de serviços sociais e na administração pública, aumentando as oportunidades ocupacionais e resultando numa maior mobilidade social ascendente. Outro fator importante foi a maior oferta de educação possibilitando aumentar o nível de capacitação técnica dos trabalhadores rurais, que desta forma puderam aproveitar o crescimento nas oportunidades ocupacionais.

Sendo assim, o processo acelerado de industrialização e educação permitiram ao Brasil evoluir de um país agrário-rural para uma nação industrial-urbana. Neste sentido, a migração da área rural para a urbana provocou os seguintes efeitos:

Assim a migração rural-urbana acabou induzindo novos efeitos sobre a mobilidade, pela demanda adicional de serviços e equipamentos urbanos dos migrantes incorporados no mercado de trabalho nas cidades. Além disso, a vinda de migrantes e suas famílias para as cidades também os colocou mais susceptíveis aos efeitos da extensão do ensino básico e alfabetização nos anos 60-70, o que certamente contribuiu para aumentar as chances de mobilidade social de seus filhos (JANNUZZI, 2000, p.5).

A conclusão que apresenta Pastore também é confirmada por Canelas (1980), que observava que entre os imigrantes do nordeste que foram para São Paulo, a maioria (80%), apresentou uma mobilidade crescente sócio ocupacional com relação aos seus pais (mobilidade inter-geracional) em comparação aos 32% dos residentes em SP, em 1973.

O trabalho desenvolvido por Pastore & Haller (1993) demonstra que, a partir de 1980, as condições que estavam provocando uma mobilidade crescente, como eram a industrialização, a urbanização e a maior oferta educacional começaram a perder força, geradas pela redução da atividade econômica devido a queda do PIB de 7%, entre 1975 a 1980, para 1%, entre 1980 e 1985. Esta conjuntura econômica desfavorável afetou fortemente na oferta educacional e provocou uma maior rotatividade e concentração nas oportunidades de trabalho em áreas metropolitanas e em setores da Construção Civil e Indústria. Isto resultou na queda das taxas de mobilidade inter-geracional³ e intra-geracional⁴.

Na avaliação de Jannuzzi (2000), a mobilidade inter-geracional, apresenta uma queda acentuada na mobilidade ascendente⁵ (54.2%, em 1973 para 26.1% em 1982 e 27.3% em 1988). Por outro lado, na mobilidade intra-geracional, a tendência é crescente para a imobilidade⁶ e mobilidade descendente⁷.

No caso da mobilidade intra-geracional, a situação é diferente, pois apresenta uma tendência crescente na mobilidade descendente, de 11.3%, em 1973, para 27.3% em 1988.

A tendência também é crescente na mobilidade inter-geracional, na qual a mobilidade descendente aumenta de 3.9%, em 1973, para 5.7% em 1988.

A dificuldade para manter uma tendência crescente na mobilidade ascendente nos anos 80 é explicada por Pastore & Haller:

Esses anos dourados passaram. E a realidade atual é bastante diferente. A mobilidade ascendente é mais difícil por três motivos. Em primeiro lugar, porque o ponto de partida é mais alto. Em segundo lugar, porque as oportunidades de trabalho são menores. Em terceiro lugar, porque para uma pessoa subir começa a ser necessário que outra desça, morra ou se aposente (PASTORE & HALLER. 1993. pp. 40-41).

Nos anos 1990, os estudos mostram uma melhoria importante com relação aos anos 1970 e 1980. Ainda que a crise econômica entre 1990 - 1992 gerou um crescente desemprego, o qual foi compensado com a maior abertura da economia e as desregulações dos mercados gerou a queda no emprego industrial em setores como a Construção Civil e setor Serviços, pois não conseguiu absorver a massa de desempregados gerados pela indústria. Os estudos realizados por Pastore & Valle Silva (2000) permitiram quantificar as taxas de mobilidade ocupacional, nas quais a mobilidade inter-geracional ascendente diminuiu de 47.3%, em 1973, para 37.4% em 1998, voltando a subir para 49.6% em 1996. Esta mesma tendência manifestou-se na imobilidade intergeracional. Já a mobilidade descendente mostrou uma tendência de queda na década de 1990 comparando-se com a década de 1980, sendo respectivamente de 27.3% para 13.6%.

Na mobilidade intrageracional, a mobilidade ascendente cai de 54.2% em 1973, para 27.3% em 1988 e cresce para 30.3% em 1996. A imobilidade intrageracional também aponta uma inclinação crescente nas décadas de 1980 e 1990 por causa das crises econômicas.

A mobilidade intrageracional descendente apresenta uma tendência crescente nas três décadas: 3.1% (1973), 5.7% (1988) e 8.7% (1996). Desta forma, Jannuzzi (2000) concluiu que os imigrantes com maior tempo de residência apresentavam uma mobilidade ascendente mais elevada em relação aos residentes em São Paulo (51% contra 57%). Esta situação foi causada pelo maior conhecimento das oportunidades do mercado de trabalho, disponibilidade de maiores recursos econômicos para montar seu próprio negócio e dispor da qualificação técnica requerida.

Na medida em que aumenta o tipo de residência em São Paulo dos imigrantes, se observa que também aumenta a mobilidade ascendente, tanto no nível de mobilidade inter-geracional como intra-geracional, sendo que em ambos os casos superam a mobilidade apresentada pelos residentes em São Paulo (JANNUZZI, 2000).

Desta forma, nota-se que os estudos realizados permitem quantificar a mobilidade ocupacional, assim como oferecem importantes avanços na metodologia de medição (unidades de análise, matrizes, modelos de quase-independência e log-linea).

Finalmente, frente as diversas metodologias mostradas pelos aportes teóricos anteriormente apresentados neste trabalho, optamos para medir a mobilidade ocupacional dos imigrantes chilenos pela aplicação da metodologia de Matrizes de Mobilidade utilizadas nos trabalhos de Pastore & Valle Silva (2000), Jannuzzi (2000) e Picanço (2006, 2007), pois são de fácil utilização e permitem obter indicadores de mobilidade ascendente, descendente e imobilidade, resultados de Êxito/Não-êxito, assim como identificar fluxos de entrada e saída, necessários para avaliar o nível de abertura/fechamento da estrutura social.

2 - Análises de mobilidade ocupacional dos imigrantes chilenos no Paraná, Brasil

2.1 - Metodologia

A análise da mobilidade ocupacional inicia-se com a definição das categorias ocupacionais dos indivíduos pesquisados em dois momentos da trajetória migratória: a posição ocupacional que tinham no país de origem e a posição ocupacional que desempenharam no mercado de trabalho no Brasil. As categorias ocupacionais utilizadas foram: Empresário (aquele que era proprietário de uma empresa/organização, de qualquer porte, tanto no país de origem como no de destino); Funcionário/Empregado (aquele que era empregado de uma empresa/organização pública ou privada, tanto no país de origem como no de destino); Autônomo (aquele que trabalhava por conta própria, de forma independente, tanto no país de origem como no de destino); Estudante (aquele que estava realizando estudos, de qualquer tipo, tanto no país de origem como no de destino) e Aposentado (aquele que legalmente estava retirado do mercado de trabalho, tanto no país de origem como no de destino).

A partir da Matriz de Mobilidade, que apresenta os movimentos entre a origem (Chile) e destino (Brasil) das categorias ocupacionais, podem-se obter duas matrizes: A Matriz de Fluxo de Entrada, a qual responde à seguinte questão: qual é a origem dos indivíduos que estão em determinadas categorias? E a Matriz de Fluxo de Saída que procura responder: Qual é o destino dos indivíduos que têm determinada origem? A análise destas duas matrizes permite avaliar o grau de abertura (heterogeneidade) ou fechamento (auto-recrutamento) das categorias ocupacionais, tanto no país de origem como de destino.

A partir da Matriz de Mobilidade organizada na forma hierárquica que, neste trabalho, foram considerados na seguinte ordem de importância decrescente: empresário, funcionário, autônomo, estudante e aposentado, pode-se então quantificar os indicadores de mobilidade. A mobilidade ascendente, na qual os indivíduos saem das categorias de origem hierarquicamente inferiores e podem alcançar posições superiores ocupacionais posicionadas abaixo da diagonal da Matriz de Mobilidade; a Mobilidade Descendente, os indivíduos movimentam-se de categorias superiores no país de origem para posições inferiores no Brasil, as quais estão posicionadas sobre a diagonal da matriz;

a Imobilidade, na qual os indivíduos permanecem na mesma categoria ocupacional que tinham na origem e no destino, as quais posicionam-se na diagonal da matriz. Um maior detalhamento da análise matricial esta apresentado no Anexo 1. Resultado desta movimentação ocupacional entre a origem e destino, encontramos situações de “Êxito” ou “Não-êxito”. No nosso caso, as posições de Êxito e Não-êxito estão em função da movimentação ocupacional entre o país de origem, o de destino e o tipo de mobilidade como está demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Resultados de êxito e não-êxito

Origem- Destino	Tipo de Mobilidade	Resultados
Empresário-Empresário	Imobilidade	Êxito
Funcionário-Empresário	Ascendente	
Funcionário-Funcionário	Imobilidade	
Autônomo-Funcionário	Ascendente	
Estudante-Empresário	Ascendente	
Estudante-Funcionário	Ascendente	
Estudante-Autônomo	Ascendente	
Aposentado-Empresário	Ascendente	
Aposentado-Funcionário	Ascendente	
Aposentado-Autônomo	Ascendente	
Aposentado-Estudante	Ascendente	
Empresário-Estudante	Descendente	Não-êxito
Empresário-Autônomo	Descendente	
Autônomo-Autônomo	Imobilidade	
Estudante-Estudante	Imobilidade	
Aposentado-Aposentado	Imobilidade	
Autônomo-Estudante	Descendente	
Autônomo-Aposentado	Descendente	

Fonte: Elaboração própria.

2.2 Mobilidade ocupacional dos chilenos

A base de informações utilizadas por este trabalho foi gerada por uma pesquisa mais ampla sobre trajetória, integração e mobilidade de grupos de imigrantes latinos no Paraná, dentre estes, os imigrantes chilenos. O total de chilenos entrevistados entre 2011 e 2012 foi de 54 imigrante através da aplicação de questionário respondido na forma virtual. Também foram realizadas duas entrevistas em profundidade com as imigrantes chilenas Márcia e Cintia⁸.

A Matriz de Mobilidade para o grupo migratório dos chilenos apresenta a seguinte estrutura:

Matriz 1: Matriz de mobilidade dos chilenos

Origem	Destino					Total Origem	%
	Empresários (%)	Funcionários (%)	Autônomos (%)	Estudantes (%)	Aposentados (%)		
Empresários	2	0	0	1	0	3	6
Funcionários	5	13	4	2	4	28	52
Autônomos	2	3	8	0	1	14	26
Estudantes	2	4	0	2	0	8	15
Aposentados	1	0	0	0	0	1	1
Total destino	12	20	12	5	5	54	
%	22	38	22	9	9		100

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Matriz de Mobilidade (Matriz 1) mostra que a ocupação dos chilenos no país de origem está concentrada nos funcionários (52%), nos autônomos (26%) e nos estudantes (15%) e poucos empresários (6%). Enquanto no Brasil os perfis dos chilenos mostram um maior nível de diversificação, pois ainda os funcionários são importantes, mas com menor participação (38%), enquanto os empresários e os autônomos aumentam sua presença (22%) cada um, e uma menor participação de estudantes e de aposentados (9%) cada um.

Desta forma, o perfil deste grupo mostra-se parcialmente mais empreendedor no Brasil do que em relação ao que tinham no Chile, onde era mais conservador, pois privilegiava a estabilidade. Dois testemunhos mostram esta situação, o caso de Ximena e Cintia.

O caso de Márcia, chilena, 60 anos, separada, três filhos chilenos, ensino médio, que emigrou ao Brasil em 1982, chegando a São Paulo com a família. No Chile, era microempresária do comércio (supermercados) e no Brasil iniciou-se como microempresária na área de costuras/reformas de roupas. Atualmente é microempresária de produtos alimentícios típicos (empanadas). A imigração ao Brasil permitiu manter as atividades de empresária que tinha no Chile, o que mostra uma imobilidade (empresário-empresário). No entanto, esta experiência demonstra o sentido empreendedor iniciado no Chile e continuado no Brasil.

O caso de Cintia, chilena, 30 anos, 2 filhos, natural de Temuco, estudos técnicos em telecomunicações, residindo 2 anos em Curitiba, que no Chile desempenhava-se como estudante e no Brasil atua como autônoma prestadora de serviços e estuda curso técnico em telecomunicações. Desta forma, apresenta uma mobilidade ascendente (estudante-autônomo) e mostrando condições de êxito, também revelando oportunidades de atuar como autônoma, além de continuar os estudos iniciados no Chile.

Com relação à Matriz de Fluxos de Entrada (Matriz 2), a qual representa o perfil dos imigrantes que chegaram ao Brasil segundo as categorias, mostra que os que atuavam como funcionários no Brasil, proviam, no Chile, da mesma categoria (68%), 41% eram empresários, 40% eram estudantes e 33% desempenhavam funções como autônomos, demonstrando que o processo de imigração gerou uma maior diversificação ocupacional.

Os que atuavam como autônomos no Brasil proviam, no Chile, 66% da mesma categoria e 33% eram funcionários.

Os que atuavam como empresários no Brasil, mostram que tiveram como origem no Chile, 41% de funcionários e 16%, cada um, de autônomos, empresários e estudantes, mostrando uma maior diversificação.

Os que atuavam como estudantes no Brasil, no país de origem atuavam como empresários (20%), funcionários e estudantes (40%) cada um, mostrando que o Brasil permitiu melhorar a capacitação com estudos, independente da categoria que tinha no Chile.

No caso dos que se aposentaram no Brasil, no Chile atuavam como funcionários (80%) e autônomos (20%).

Neste sentido, se observa que as categorias com maior abertura no Brasil (que receberam de todas as categorias de origem) são os empresários, ainda que representavam 22% do total (ver Matriz 1), pois recebem os imigrantes de todas as categorias (4). Outras categorias mostraram um maior nível de fechamento, como funcionários (3) e autônomos (2), pois aceitavam majoritariamente indivíduos originários destas duas categorias.

Isto mostra que a sociedade brasileira ofereceu condições de empreendedorismo para todos os imigrantes independente de sua qualificação profissional no país de origem, mas também permitiu que pudessem atuar, em menor nível, nas outras categorias.

Matriz 2: matriz de fluxos de entrada dos chilenos (%)

Origem	Destino				
	Empresários	Funcionários	Autônomos	Estudantes	Aposentados
Empresários	16,7	0,0	0,0	20,0	0,0
Funcionários	41,7	68,4	33,3	40,0	80,0
Autônomos	16,7	15,8	66,7	0,0	20,0
Estudantes	16,6	15,8	0,0	40,0	0,0
Aposentados	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Total de destino	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Segundo a Matriz de Fluxos de Saída (Matriz 3), a qual explica o perfil dos imigrantes no Chile segundo as categorias e sua mobilidade para as categorias no Brasil.

Analisando esta matriz, podemos observar que os que eram funcionários no Chile tiveram como destino no Brasil: funcionários (46%), empresários (18%), autônomos e aposentados (14% cada um) e estudantes (7%). Desta forma, a categoria dos funcionários apresenta uma alta diversificação de atividades no Brasil.

Os que atuavam como empresários no Chile continuaram concentrados na mesma atividade no Brasil (67%) e realizaram atividades como estudantes (33%) mostrando uma baixa diversificação.

A categoria dos autônomos no Chile apresenta também uma ampla diversificação como as dos funcionários pois, no Brasil, tem atuação na mesma atividade, autônomos (57%), além de atuar como funcionários (21%), empresários (14%) e aposentados (7%).

A categoria dos que eram estudantes no Chile mostra uma menor diversificação no Brasil pois atuam como funcionários (43%), ainda que se dediquem a atuar como empresários, enquanto outros continuam sendo estudantes, sendo 29% cada um. Desta forma, os estudantes aproveitam a capacitação obtida no Chile para atuar em diversas categorias no Brasil.

Finalmente, as categorias com maior abertura na origem são as dos funcionários e autônomos, pois tem como destino todas as outras categorias, enquanto a mais fechada é dos empresários. Desta forma, os chilenos mostram um maior grau de imobilidade pois preferem desenvolver no Brasil as mesmas atividades que desempenhavam no país de origem.

Matriz 3: matriz de fluxos de saída dos chilenos (%)

Origem	Destino					Total
	Empresários	Funcionários	Autônomos	Estudantes	Aposentado	
Empresários	66,7	0,0	0,0	33,3	0,0	100,0
Funcionários	17,9	46,4	14,3	7,1	14,3	100,0
Autônomos	14,3	21,4	57,1	0,0	7,1	100,0
Estudantes	28,6	42,9	0,0	28,6	0,0	100,0
Aposentados	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Com relação aos indicadores de mobilidade apresentados na Tabela 1, pode-se perceber um alto nível de imobilidade (47%) superando a mobilidade ascendente (30%) e a mobilidade descendente (22%). Esta situação pode ser explicada porque os chilenos, quando se integraram ao mercado brasileiro,

preferem atuar nas mesmas categorias que desempenharam no Chile, principalmente os funcionários e autônomos. No caso dos empresários, esta categoria é numericamente igual aos autônomos. Mas mostra uma ampla diversidade de origem em todas as categorias.

As categorias majoritárias, como a dos funcionários e autônomos, mostram uma alta concentração no vetor de imobilidade explicando o alto índice de imobilidade nesta comunidade.

Esta situação descrita de alta imobilidade, mediana mobilidade ascendente e considerável mobilidade descendente, permite ainda apresentar um nível de êxito importante (58%), sem por isso destacar uma importante condições de não-êxito (41%).

Desta forma, os imigrantes chilenos que apresentam um alto nível de instrução⁹ integram-se ao mercado do Brasil através da manutenção das mesmas atividades que desenvolviam no país de origem, principalmente funcionários e autônomos, mostrando uma alta estabilidade ocupacional (imobilidade) que poderia ter sido melhor aproveitada no Brasil por causa do bom nível educacional adquirido no país de origem.

É importante destacar também que o mercado brasileiro permitiu que os imigrantes de bom nível de educação, como os chilenos, pudessem obter mobilidade ascendente podendo atuar em melhores categorias ou pelos menos manter a mesma posição que tinha no Chile.

Tabela 1: Indicadores de mobilidade ocupacional (%)

Imobilidade	47,2
Mob. Ascendente	30,2
Mob. Descendente	22,6
Êxito	58,5
Não Êxito	41,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

Finalmente, com relação a mobilidade ocupacional dos chilenos a pesquisa mostrou que este grupo migratório apresenta uma imobilidade superior a mobilidade ascendente e descendente, o qual indica que preferiram se empregar no Brasil em atividades similares as desenvolvidas no Chile, aproveitando a experiência e capacitação profissional adquirida no origem. No entanto, a pesquisa também demonstra que os chilenos optaram pelos desenvolvimento de atividades como empresários e autônomo, o que indica que o mercado brasileiro foi um atrativo para atuar em ocupações diferentes das realizadas no Chile, o qual foi facilitado pelo alto nível educacional adquirido resultando em condições de êxito na inserção ocupacional no Brasil.

Notas

1 - O modelo de quase-independência é aplicado para distribuições, nos quais a diagonal principal possui propriedades que teoricamente devem ser anuladas, como é o exemplo da matriz de migração. Analisa-se a migração por meio de uma tabela quadrada de dupla entrada, contendo as variáveis de origem (linha) e de destino (coluna). Na diagonal principal, portanto, temos os casos de não-migração.

2 - Os modelos log-lineal permitem quantificar os impactos das variáveis qualitativas (categóricas) e quantitativas (numéricas) conjuntamente como fatores explicativos da mobilidade ocupacional.

3 - A mobilidade intergeracional é o movimento que o indivíduo faz em relação à ocupação de seu pai quando ingressa no mercado de trabalho. A ocupação do pai se obtém, perguntando ao indivíduo qual era a ocupação do pai dele quando tinha 15 anos e quando entrou no mercado. A posição de origem está identificada pela ocupação do pai e de destino pela primeira ocupação ocupada pelo filho.

4 - A mobilidade intrageracional se caracteriza pelo movimento que o filho faz no mercado de trabalho sobre si mesmo, ou seja, a origem seria a primeira ocupação e o destino à ocupação atual.

5 - Mobilidade ascendente é aquela onde os indivíduos saem das categorias de origem inferiores e podem alcançar melhores posições ocupacionais no destino.

6 - Imobilidade ocorre quando os indivíduos se mantêm na mesma categoria ocupacional tanto de origem como de destino.

7 - Mobilidade descendente acontece quando os indivíduos saem de suas categorias de origem superiores e podem cair para posições ocupacionais inferiores no destino.

8 - Nomes fictícios

9 - Segundo a pesquisa que serviu de base para a avaliação da mobilidade, os chilenos apresentavam o seguinte perfil educacional no país de origem: nível universitário (43%), técnico (24%) e ensino médio (15%), secundário (4%) e primário (4%).

ANEXO 1: ANALISES MATRICIAL

Os Tipos de mobilidades ocupacionais podem ser demonstrados através de Matrizes de Mobilidade apresentando-se os movimentos entre a origem e destino da mobilidade ocupacional:

Modelo da Matriz de Mobilidade

Origem	Destino				
	1	2	3	4	Total
1	N11	N12	N13	N14	N1j
2	N21	N22	N23	N24	N2j
3	N31	N32	N33	N34	N3j
4	N41	N42	N43	N44	N4j
Total	Ni1	Ni2	Ni3	Ni4	N

Sendo:

N: Numero total de casos

N_{ij} , onde $i=j$, ($N_{11}, N_{22}, \dots, N_{44}$), caracteriza uma posição de imobilidade, onde o numero de casos com origem e destino igual (diagonal da matriz)

N_{ij} , onde $i \neq j$ ($N_{12}, N_{13}, \dots, N_{21}, N_{23}, \dots$), se caracteriza uma posição de mobilidade (fora da diagonal da matriz)

A partir da matriz de mobilidade, podem-se gerar duas matrizes: **Matriz de fluxo de saída e Matriz de fluxo de entrada:**

- **Matriz de fluxo de entrada** é a marginal da coluna ou o fim de cada coluna ($N_{i1}, N_{i2}, N_{i3}, N_{i4}$) e responde a seguinte questão: qual é a origem dos indivíduos que estão em determinadas categorias?
- **Matriz de fluxo de saída:** marginal das filhas ou o fim de cada filha ($N_{1j}, N_{2j}, N_{3j}, N_{4j}$), a qual procura responder a seguinte questão: Qual é o destino dos indivíduos que têm determinada origem?

A análise das matrizes de fluxos de entrada e de saída permite avaliar o grau de **abertura (heterogeneidade)** ou **fechamento (auto-recrutamento)** das categorias ocupacionais.

Observando o modelo da Matriz de Mobilidade, é possível hierarquizar as categorias de forma a associar o valor 1 para a de maior hierarquia e assim sucessivamente até o valor 4 para a de menor hierarquia. Desta forma, o

resultado será a **mobilidade ascendente** representada pela soma de todas as posições contidas abaixo da diagonal da matriz ($N_{21}+N_{31}+ N_{41} +N_{42}+ N_{43}$). Já a **mobilidade descendente** será a soma de todas as posições contidas acima da diagonal da matriz ($N_{12} +N_{13}+N_{23}+N_{14}+N_{24}+N_{34}$). E a **Imobilidade**: será igual às posições contidas na diagonal da matriz ($N_{11}+ N_{22}+N_{33}+ N_{44} +N_{55}$).

Por outro lado, a análise das mobilidades, tanto em termos de mobilidade intra e intergeracional, estão em função do ponto de partida ou origem.

Uma determinada origem pode gerar condições de êxito ou não-êxito. Neste sentido, aqueles que tinham, na origem, categorias melhores posicionadas (Ex: empresários, dirigentes), possivelmente apresentaram condições de êxito quando se mantiverem, no destino, nas mesmas categorias ocupacionais que tinham na origem.

Aqueles que tinham categorias ocupacionais de nível médio (Ex: funcionários, autônomos), possivelmente apresentaram condições de êxito, quando se mantiverem nas mesmas categorias ou ascenderem para posições superiores.

Para as categorias inferiores (Ex: estudantes, aposentados), estes terão condições de êxito se mudar para categorias superiores (empresários funcionários).

As condições de não-êxito se dão quando o indivíduo movimenta-se da categoria de origem superior para uma de nível inferior.

Finalmente, percebe-se que a metodologia de Matrizes que foi mostrada visando avaliar os movimentos da mobilidade ocupacional na forma ascendente, descendente, imobilidade, assim como os resultados do tipo de: êxito e não êxito permitiu realizar uma análise ampla do objeto de pesquisa. Observando, no entanto, que previamente se deve definir as categorias ocupacionais que formaram a Matriz de Mobilidade.

Referências

- ANDRADE, F. C. D. Mobilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte. Nova Economia, n. especial, p. 109-159, 1995. A evolução da mobilidade social em cinco regiões metropolitanas brasileiras, 1988 e 1996. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12, Caxambu. *Anais*, 2000.
- BLAU, P.; DUNCAN, O. D. *The American Occupational Structure*. Nova York: Willey, 1967.
- BOUDON R. *A desigualdade das oportunidades*. Brasília: UNB, 1981.
- CANELAS, R.G.V. *Migração e mobilidade social na sociedade nordestina*. (Dissertação de mestrado em Economia). São Paulo: FEA/USP, 1980.
- FEATHERMAN, D; HAUSER, R. Sexual inequalities and socioeconomic achievement in the U.S., 1962-1973. *American Sociological Review*, 41, 1976.
- GOLDTHORPE, J. *Social mobility and the class structure in Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- GOODMAN, L. *The Analysis of Cross-Classified Data*. Plenum, Nova York, 1979.
- HAUSER, R. Structural Model for the Mobility Table. *Social Forces*, 56, pp. 919-953, 1979.
- HOSENBALG, C; VALLE SILVA, N. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. Cadernos de pesquisa, 73, pp. 5-12. *Travessia*. Centro de Estudos Migratórios. Ano XIII. 1988.
- JANNUZZI, P. M. *Imigração e Mobilidade Social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas, Autores Associados, 2000.
- JANNUZZI, P.M. Mobilidade Social no contexto de adversidades crescentes no mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. *Economia e Sociedade*, Campinas, V. 11, N. 2 (19), p. 235-278, jul/dez, 2002.
- LIPSET, S; BENDIX, R. *Social mobility in industrial society*. Berkeley, UCLA Press, 1959.
- PASTORE, J; HALLER, A. O. O Que Está Acontecendo com a Mobilidade Social no Brasil? In: VELLOSO, P. R; cavalcante, R. C. A. (org.). *Pobreza e Mobilidade Social*, São Paulo, 1993.
- PASTORE, J; VALLE SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: USP, 1979.
- PICANÇO, F. O Brasil que sobe e desce: Uma análise da Mobilidade Sócio ocupacional e realização do Êxito no Mercado de trabalho Urbano. *Dados*. Revista de Ciências Sociais. Vol.50, N.2, pp. 393 a 433, 2007.
- PICANÇO, F. Os estudos de Mobilidade Social e ocupacional: Passado, presente e desafios para o futuro. *BIB*, nº.62, 2º semestre, pp. 87 a 101, 2006.
- SOROKIN, P.A. *Social Mobility*. The Free Press, Glencoe, 1959.

VALLE SILVA, N. As duas faces da Mobilidade. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, v. 21, p. 498-68, 1979.

VALLE SILVA, N. Cor e Processo de Realização Socioeconômica. *Dados*. Revista de Ciências Sociais, v. 24, pp. 391-409. 1981.

WRIGHT, E. *Class counts*. Los Angeles: UCLA Press, 1997.

ZETTERBERG, H. L. *Sociology in the United States of America: a trend report*. University of Florida, George A. Smathers Libraries, 1956.

RESUMO

Neste trabalho será apresentada uma análise matricial da mobilidade ocupacional dos imigrantes chilenos no estado do Paraná, Brasil, no período 1980 até 2011. Foi considerado como processo de mobilidade a posição profissional que tinham no país de origem e a posição obtida no Brasil. A metodologia utilizada foi a de Matrizes de Mobilidade, quantificando a mobilidade ascendente, descendente, imobilidade e condições de êxito e não-êxito. O trabalho conclui que o fato de imigrar para o Brasil permitiu que os imigrantes chilenos obtivessem condições de crescer profissionalmente, já que se movimentaram para categorias iguais e superiores com relação à que ocupavam no Chile, o qual foi resultante da abertura mostrada pelo mercado de trabalho brasileiro para a maioria dos imigrantes, assim como do bom nível profissional disponível.

Palavras Chaves: Mobilidade, Migração, Chilenos, Paraná, Brasil.

ABSTRACT

In this work will be presented a matrix analysis of occupational mobility of Chilean immigrants in the Paraná State, Brazil, from 1980 until 2011. Was considered as process mobility professional position they had in the country of origin and the position obtained in Brazil. The methodology used was Matrix Mobility, quantifying the ascending, descending, immobility and mobility conditions Success and Non-Success. The paper concludes that the fact immigrate to Brazil allowed the Chilean immigrants obtain opportunities to grow professionally since moved to equal and higher categories with respect to that occupied in Chile, resulting openness shown by the Brazilian labor market for most immigrants, as well as the good professional level available.

Key Words: Mobility, Migration, Chilean, Paraná, Brazil: Key Words.